UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS – DCG

GEOGRAFIA – BACHARELADO

SILVANIA DA SILVA COSTA

LUGAR DO SABER: OS SABERES TRADICIONAIS PRATICADOS NO MERCADO PÚBLICO DE SÃO JOSÉ, RECIFE-PE

RECIFE - PE

2023

SILVANIA DA SILVA COSTA

LUGAR DO SABER: OS SABERES TRADICIONAIS PRATICADOS NO MERCADO PÚBLICO DE SÃO JOSÉ, RECIFE-PE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do grau de Bacharela em Geografia.

Orientadora: Professora Drª. Mônica Cox de Britto Pereira

RECIFE - PE

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Costa, Silvania da Silva.
LUGAR DO SABER: OS SABERES TRADICIONAIS PRATICADOS NO MERCADO PÚBLICO DE SÃO JOSÉ, RECIFE-PE / Silvania da Silva Costa. - Recife, 2023.
46 : il., tab.

Orientador(a): Mônica Cox de Britto Pereira
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Geografia - Bacharelado, 2023.
Inclui referências, anexos.

1. Geografia. 2. Saberes tradicionais. 3. Conhecimento científico. 4. Mercado Público. 5. Agroecologia. I. Pereira, Mônica Cox de Britto. (Orientação). II. Título.

910 CDD (22.ed.)

SILVANIA DA SILVA COSTA

LUGAR DO SABER: OS SABERES TRADICIONAIS PRATICADOS NO MERCADO PÚBLICO DE SÃO JOSÉ, RECIFE-PE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora para a obtenção do grau de Bacharela em Geografia, do curso de Geografia Bacharelado da Universidade Federal de Pernambuco.

Aprovado em: 04/10/2023.

BANCA EXAMINADORA

gov.br
Documento assinado digitalmente
MONICA COX DE BRITTO PEREIRA
Data: 21/03/2024 11:06:05-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Orientadora

Profª. Drª Mônica Cox de Britto Pereira - Universidade Federal de Pernambuco

---

Profª. Drª. Valcilene Rodrigues da Silva - Universidade Federal do Piauí

Profº Dr. Rodrigo Dutra Gomes - Universidade Federal de Pernambuco

“Dedico este trabalho que considero o encerramento de um ciclo a minha mãe Maria do Socorro (*in memoriam*), meu maior exemplo de ser humano e que sempre me apoiou nos meus sonhos.”

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente ao Senhor Jesus Cristo, a Ele a glória!

Agradeço à minha família, especialmente às minhas irmãs: Sabrina e Simone que sempre estiveram comigo nos momentos difíceis principalmente da trajetória acadêmica. Agradeço ao meu pai (Maurício) por sempre acreditar no poder da educação e dar condições para que tivéssemos acesso. Em especial a minha mãe Maria do Socorro (*in memoriam)*, serei eternamente grata, não consigo nem expressar em palavras o quão maravilhosa ela era. Devo tudo a essa mulher.

Separo um lugar especial que há também em meu coração para minha amiga/irmã Maria Thamires que sempre segura minha mão, me acolhe e posso contar sempre. Agradeço à minha orientadora Mônica Cox, que aceitou me orientar, que sempre foi tão carinhosa e educada, mesmo nos momentos de tantas dificuldades (no processo de construção desse trabalho enfrentamos a COVID 19) mesmo assim Mônica sempre perguntava se eu estava bem e se tinha alguma dificuldade.

Sou grata a todos colegas do curso com quem aprendi muito. Agradeço aos excelentes professores do Departamento de Ciências Geográficas que fizeram parte da minha trajetória acadêmica, agradeço também a todos da comunidade UFPE, que possui sensibilidade, acolhe e orienta os estudantes.

RESUMO

O presente trabalho concentra-se em estudar a relevância dos saberes tradicionais praticados no mercado público de são josé, localizado no bairro de São José na cidade de Recife – PE, e consiste em identificar quais saberes tradicionais são praticados pelos sujeitos do mercado público de São José e demonstrar que o Mercado Público de São José é um lugar do saber. A motivação para esta pesquisa se deu pela importância do tema. Do ponto de vista metodológico, adotou-se a abordagem qualitativa, permitindo um contato direto da pesquisadora com a realidade pesquisada, e foram adotados como procedimentos técnicos o levantamento de campo, bem como a entrevista. Foram realizadas entrevistas abertas com diversos sujeitos. A pesquisa teve como objetivo investigar os saberes tradicionais praticados pelos comerciantes do mercado de São José. Desse modo, abordaram-se os conceitos de saber e conhecimento, a relação entre conhecimento científico e os saberes tradicionais, identificando a compreensão dos sujeitos do mercado de São José se o mercado é um lugar do saber. Destacou-se a negação dos saberes pela ciência, mostrando a importância de considerar a diversidade de saberes. Verificou-se, então, que mesmo com uma prática de saber que tende a desaparecer, existe no Mercado de São José a prática de saberes tradicionais, que deve ser estudada, compreendida e valorizada, criando novas possibilidades de interpretar a vida, preservar a convivência harmoniosa com a natureza. Destacou-se a necessidade de um diálogo entre a pluralidade de saberes. Há escassez de estudos sobre o tema, porém percebemos um movimento diferente na Geografia com o surgimento de vários estudos sobre o tema.

Palavras-chave: Saberes tradicionais. Conhecimento científico. Mercado Público. Agroecologia.

ABSTRACT

The present work focuses on studying the relevance of traditional knowledge practiced in the São José public market, located in the São José neighborhood in the city of Recife – PE, and consists of identifying which traditional knowledge is practiced by the subjects of the São José public market. José and demonstrate that the São José Public Market is a place of knowledge. The motivation for this research was due to the importance of the topic. From a methodological point of view, aiming at a qualitative approach, allowing the researcher to have direct contact with the reality being researched, field survey and interview research technique were adopted as technical procedures. In this way, it became important to expose the concepts of knowledge and the relationship between scientific knowledge and traditional knowledge, identifying through literature and the perception of the subjects of the São José market whether the market is a place of knowledge, with a recovery from denial of knowledge through science, showing the importance of considering the diversity of knowledge, thus, open interviews were carried out with different subjects. It was found, then, that even with a practice of knowledge that tends to disappear, there is a practice of knowledge in the São José Market, which must be studied, understood and valued, creating new possibilities for interpreting life, preserving and harmonious coexistence with nature. The need for dialogue between different forms of knowledge was highlighted. As well as the scarcity of studies on the topic, however we noticed a different movement in Geography, the emergence of studies on the topic.

Keywords: Traditional knowledge. Scientific knowledge. Public market. Agroecology

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 8

INTRODUÇÃO 10

CAMINHOS METODOLÓGICOS 13

1 CONHECIMENTOS TRADICIONAIS NA RELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA 15

2 SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTO CIENTÍFICO 22

2.1 Saberes tradicionais 23

2.2 Relação entre saber popular e conhecimento científico 24

3 O MERCADO DE SÃO JOSÉ E OS SABERES TRADICIONAIS 26

3.1 Breve história do mercado público de São José 26

3.2 Mercado público de São José como lugar do saber 30

4 TRAJETÓRIA DO SABER INVISIBILIZADO 34

4.1 Negação dos saberes tradicionais 34

4.2 Como os saberes populares do mercado de São José foram invisibilizados? 38

CONSIDERAÇÕES FINAIS 41

REFERÊNCIAS 43

APRESENTAÇÃO

Sempre tive uma profunda relação com a terra, digo isso porque moro a vida toda no mesmo lugar. Lembro que durante uma aula sobre o conceito de lugar, o professor perguntou quem nunca havia se mudado, em uma turma com quase 50 alunos, apenas eu e um colega nos manifestamos. Nossa relação de pertencimento e afetividade com o lugar onde morávamos era diferente… Acredito que o início desse trabalho surgiu desse contexto, comecei a pensar sobre como o lugar influencia nossa visão de mundo e como a partir desse contexto construímos nossas vivências. Esse lugar que morei a vida toda é um sítio, confesso que nunca havia parado para refletir sobre isso até esse momento. Ficava bastante afastado da cidade. Então, na maioria das vezes minha mãe sempre recorria a chás (feito com plantas do nosso quintal: aroeira, hortelã, menta, cidreira, capim santo, mastruz, esses são algumas que lembro) Talvez esse olhar para a natureza tenha nascido nesse momento.

As pesquisas na Geografia sobre as práticas de saberes tradicionais começa a ganhar espaço, mas acontece de maneira lenta e ainda são poucos os trabalhos sobre o tema. A Agroecologia tem contribuído com uma abordagem que permite a articulação entre os saberes tradicionais e científicos, permitindo resgatar valores de práticas mantidas por meio da oralidade presente nos povos e comunidades. Porém, a construção do conhecimento científico é bastante difícil, nas ciências não existe caminho fácil. Por isso, um dos caminhos é produzir, escrever e estudar sobre algo que se aprecia.

O interesse por esse tema surgiu a partir da junção de dois momentos, o primeiro durante as aulas da disciplina de Introdução à Ciência Geográfica cujo tema era saberes vernaculares[1]. Sobre um estudo de caso que o geógrafo Paul Claval[2] fez sobre a comunidade esquimó mais precisamente os INUITNAIT (ou INUIT): como eles se georreferenciavam sem o auxílio de equipamentos sofisticados, apenas usando o saber-fazer e como passavam seus conhecimentos para as gerações seguintes. Nesse ponto surge meu interesse sobre o tema saber popular. O segundo momento foi a ida ao Mercado Público de São José, lugar repleto de cheiros, sons, sabores e saberes. Lugar não apenas de trocas comerciais, mas de

[1] Disciplina no ano de 2017, com o Professor Nilo Américo.
[2] CLAVAL, Paul. **Epistemologia da geografia.** Florianópolis: Ed. UFSC, 2011

trocas de saberes. Durante o andamento desse processo fui apresentada à Agroecologia[3], e foi se dando o diálogo entre esses dois temas surgindo a motivação para essa pesquisa.

Esse trabalho trata-se de um estudo bastante relevante porque permite olhar para onde com frequência não se dá atenção, permite refletir sobre as formas de pensar e atuar na sociedade e nas ciências. Assim como, nos faz ter esperança em meio a tempos desafiadores que vivemos atualmente, mostrando novas alternativas e possibilidades diversas. A Agroecologia vem se mostrando fundamental na contraposição ao paradigma dominante (Pereira, 2016), apesar de ser uma concepção recente suas práticas e saberes são bastante antigos.

[3] Disciplina cursada 2019, com a Professora Mônica Cox.

INTRODUÇÃO

A dicotomia entre conhecimentos científicos e os ditos não científicos está posta desde o advento da ciência moderna. Os saberes tradicionais são saberes que são seculares refletidos na tradição e oralidade, nomeados por alguns de senso comum ou conhecimento "vulgar", termo depreciativo usado como maneira de deslegitimar tais conhecimentos.

> Começa hoje a reconhecer-se que o conhecimento científico atual impõe como única forma possível de interpretação da realidade uma cosmovisão que é imposta como explicação global do mundo, anulando a possibilidade da complementariedade entre saberes (SANTOS et al, 2004).

Observa-se que mesmo com o espaço e relevância que os saberes tradicionais vêm ganhando no meio acadêmico, especialmente nas ciências humanas, ainda existe a visão dominante de uma ciência ocidental, que considera apenas o conhecimento científico. A Geografia tem apresentado possibilidades de se considerar o conhecimento como totalidade, em não fragmentar, realizando estudos de maneira integral. Mendonça (2012) ressalta que "a geografia desde sua formação trata do estudo da relação entre os seres humanos e o meio natural do planeta, o meio ambiente assim engloba o meio natural e o social". Na Geografia as produções científicas ainda são escassas, porém a Geografia tem valorizado bastante os saberes tradicionais no meio acadêmico e alguns estudos[4] vêm sendo realizados sobre a importância das práticas e diálogo dos saberes.

Essa ciência apresenta uma gama de possibilidades quanto à pesquisa, permitindo o diálogo entre os saberes tradicionais e o conhecimento científico. Mendonça (2012, p.32) afirma que meio ambiente como é compreendido atualmente "- elementos naturais e sociais conjuntamente – fazem parte da origem da Geografia e isso lhe confere o mérito de ter sido a primeira das ciências a ter meio ambiente de forma mais integralizante". As geografias dos saberes-fazeres correspondem à vida cotidiana, presente na natureza e na construção dos conhecimentos populares. Esses são indispensáveis na interpretação da vida.

---

[4] Ver MELO (2019) Experiência Agroecológica e Articulação Social do Centro de Educação e Formação em Medicina Popular no Município de Paulista (PE), TCC/Geografia UFPE e SILVA (2017) Prática tradicional ecológica com plantas medicinais: a revalorização da medicina popular e da saúde pela natureza**.** importante contribuição no meio acadêmico para a Geografia, TCC/Geografia UFPE.

No entanto, o saber tradicional nasce da necessidade do povo, concentra-se no grupo, está ligado a cultura, as singularidades da comunidade que o indivíduo está inserido. Constituem-se a partir do meio nos quais vivem os grupos, causando mudanças no indivíduo e nas formas de representações para dar sentido à vida.

Entretanto, especificamente, no Mercado Público de São José, qual a relevância dos saberes tradicionais e como são passados tais saberes? O Mercado de São José é um lugar do saber tradicional?

Com o intuito de compreender as questões voltadas aos saberes tradicionais presentes no mercado público de São José, a pesquisa tem como **objetivo geral** investigar os saberes tradicionais praticados pelos comerciantes do mercado de São José. Como **objetivos específicos** foram delimitados os seguintes: (a) Identificar se os comerciantes praticam saberes populares, como praticam, e como aprenderam esses saberes (b) Quais os saberes populares praticados dos comerciantes e da população/consumidores no Mercado Público de São José) (c) Identificar de que formas o Mercado Público de São José se apresenta como um lugar do saber; (d) Entender como são invisibilizados os conhecimentos populares no Mercado de São José.

A problemática orientadora desta pesquisa consiste no conhecimento científico apresentar-se como hegemônico, como única forma de conhecimento, ditando a partir desta concepção o que é legítimo. Assim, acaba por desconsiderar os saberes tradicionais, que é visto como senso comum, sem relevância, fazendo-nos acreditar que existe apenas um conhecimento de valor, destruindo a diversidade e complementaridade de conhecimentos.

No decorrer desta pesquisa serão investigados os pontos essenciais sobre a temática. Afinal, o saber tradicional constitui uma ferramenta para entender a relação do indivíduo com o meio, com a natureza, com a reprodução da vida, transformando a forma de pensar, de sentir e de viver a realidade.

Propõe-se neste estudo pesquisar a importância dos saberes tradicionais praticados pelos comerciantes do Mercado Público de São José com base em revisão bibliográfica e entrevistas no local. A identificação da relevância dos saberes tradicionais praticados no Mercado Público de São José será utilizada com a premissa de produzir resultados que mostrem a importância das práticas advindas desses saberes, onde os sujeitos de forma singular ressignificam e vivenciam o espaço.

A pesquisa proporciona conhecer esses saberes de forma a valorizar os vários conhecimentos em sua amplitude. Além disso, queremos visibilizar e olhar para onde usualmente não se dá a atenção acabando por invisibilizar os conhecimentos e sujeitos presentes, mostrando, assim, outras formas e alternativas. Vandana Shiva (2003) chama atenção para a invisibilização do saber local. Conforme a autora “além de tornar o saber local invisível ao declarar que não existe ou não é legítimo, o sistema dominante também faz as alternativas desaparecerem apagando ou destruindo a realidade que tentam representar" (SHIVA, 2003). Conforme destaca Melo (2021) a Agroecologia vem contrapondo o sistema dominante:

> Diante dos desafios impostos pela sociedade moderna de superexploração da terra e de todos seus recursos, a Agroecologia vem se tornando cada vez mais um elemento fundamental na contraposição a esse paradigma dominante. Apesar da prática e dos saberes serem muito antigos, o termo agroecologia ainda é recente (Melo, 2022, p.48).

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Para a pesquisa em tela abordaremos os caminhos para estudarmos e desenvolver a pesquisa referente aos saberes tradicionais em mercado público.

Os procedimentos metodológicos estão designados a assegurar os caminhos para alcançar os objetivos, assim como determinam as etapas a serem seguidas. Marconi e Lakatos (2003, p.83) conceituam como “conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

Ainda sobre metodologia, Minayo (2002, p.16), detalha: “entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Minayo (2002) também ressalta que “enquanto conjunto de técnicas a metodologia deve dispor de um instrumento claro, coerente, elaborado capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática.”

Buscando responder aos objetivos propostos, do ponto de vista conceitual, este estudo configura-se como uma pesquisa de natureza fundamental visto que é direcionada a ampliação dos conhecimentos, bem como é uma pesquisa exploratória, descritiva e explicativa visto que foram realizados levantamentos bibliográficos a fim de expor alguns conceitos. Segundo Gil (2002, p. 41) a pesquisa exploratória tem “o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipótese”. Sobre a pesquisa descritiva Gil (2002) ressalta: "A pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população, fenômeno, ou então o estabelecimento de relações entre variáveis”. Ainda conforme Gil (2002) sobre a pesquisa explicativa discorre o autor: “têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas”.

Com o método de abordagem dedutiva, dedicaremos em compreender alguns conceitos e esclarecer como o Mercado de São José é um lugar do saber, qual saber está contido no mercado de São José e se os saberes estão sendo perpassados para as próximas gerações.

Nesta pesquisa foi utilizada uma abordagem qualitativa, permitindo um contato direto da pesquisadora com a realidade pesquisada. De acordo com Minayo (2002, p. 22) a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis.

Os procedimentos técnicos adotado para a análise foram levantamento de campo e realização de entrevista. Segundo Brandão (2007) o trabalho de campo é uma vivência, ou seja, é um estabelecimento de relação produtora de conhecimento. A troca (entrevista) permite aprendizados para ambos os lados, pois se estabelece uma relação de dimensão social e afetiva.

Na primeira etapa da pesquisa foram usadas como base obras que tratam do conceito de sujeito / saber tradicional, em seguida, especificamente sobre a relevância do saber tradicional. Também foram consultadas obras que tratavam sobre os mercados públicos e especificamente o mercado de São José.

Na segunda etapa, a pesquisa foi desenvolvida no mercado público de São José, na cidade de Recife. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com base nas observações dos entrevistados selecionados. Os sujeitos de pesquisa foram alguns comerciantes que praticam os saberes-fazeres, identificando assim os saberes tradicionais.

1 CONHECIMENTOS TRADICIONAIS NA RELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA

Podemos considerar um conjunto de aspectos que contribuíram para a construção do conhecimento científico validado como único, como bem retrata Santos (2004): “A transformação da ciência em única forma de conhecimento válido foi um processo longo e controverso e que para o seu desfecho contribuíram, não só razões epistemológicas, mas também fatores econômicos e políticos” (SANTOS et al, 2004).

Percebe-se como o poder hegemônico age de maneira perversa, vulnerabilizando os povos, tentando deslegitimar e causar o esquecimento dos costumes e saberes que são importantes para as comunidades, além disso, a concepção de que há apenas uma forma de conhecimento impede a abertura de novas perspectivas. Shiva (2003) relaciona a uniformidade com a vulnerabilidade: “A destruição da diversidade e a criação da uniformidade envolvem simultaneamente a destruição da estabilidade e a criação da vulnerabilidade, No entanto, o saber local concentra-se no uso múltiplo da diversidade” (SHIVA, 2003, p. 66).

Podemos nos questionar a respeito do papel do conhecimento científico no sentido de reforçar os saberes tradicionais, mostrando uma forma de convivência harmoniosa e não destrutiva, conservando as florestas e seus povos respeitando a pluralidade de saberes. Krenak (2019) reflete acerca desse processo e traz uma crítica sobre a tentativa de negar a diversidade de formas de vida:

> A ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo. (KRENAK, 2019, p. 13)

Percebe-se que muitas comunidades tradicionais possuem uma relação indissociável e consciente com a natureza, seja na sua forma de cultivo, colheita, práticas e perpetuação dos saberes ou comercialização, mostrando que não se dicotomiza o ser humano da natureza, da conservação da floresta, pois são indissociáveis. No entanto, a modernidade segrega o ser humano da natureza, na maioria das vezes em um processo violento, conforme evidencia Krenak (2019):

> A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos. (KRENAK, 2019, p. 9)

Novamente estamos diante de um processo violento e uma tentativa real de segregar o humano da natureza, afastando-os dos seus lugares de pertencimento. Observa-se esse processo de forma mais intensa com os povos tradicionais. Krenak (2019) explica que os povos originários nunca foram acolhidos e suas práticas valorizadas e que há uma mentalidade para que esses povos contribuam para a exaustão da natureza.

> O que está na base da história do nosso país, que continua a ser incapaz de acolher os seus habitantes originais — sempre recorrendo a práticas desumanas para promover mudanças em formas de vida que essas populações conseguiram manter por muito tempo, mesmo sob o ataque feroz das forças coloniais, que até hoje sobrevivem na mentalidade cotidiana de muitos brasileiros — é a ideia de que os índios deveriam estar contribuindo para o sucesso de um projeto de exaustão da natureza. (KRENAK, 2019, p. 23)

Brandão (2014) também ressalta a relevância das comunidades tradicionais, que são populações que têm baixo impacto sobre o meio ambiente.

> A comunidade tradicional, sua cultura, seu modo de vida, suas pessoas, foram e seguem sendo o que a cada momento da história se enuncia a seu respeito. Resquício do passado “de nossas culturas mais autênticas” a ser “preservado”; produtora da maior parte dos bens-de-mesa de nossas refeições diárias; “lugar do atraso e entrave ao progresso” e, mais recentemente, exemplo de harmonia com a natureza e de desenvolvimento sustentável[5] (BRANDÃO, 2014).

[5] Ver Pereira (2005) para aprofundamento da problematização e crítica ao desenvolvimento sustentável.

As comunidades tradicionais/os povos da floresta são conectados com a natureza e o mundo. Brandão (2014) mostra como essas comunidades precisam de espaço para se expressar, pois não há sujeito melhor para descrever o lugar que aquele que vivencia e está inserido no contexto.

> Populações ou comunidades tradicionais não são mais folclóricos agrupamentos humanos encerrados nos confins da floresta ou esquecidos nos ermos dos sertões. São também unidades culturais conectadas com o mundo. Participam das mesas redondas dos congressos científicos desde onde nos desafiam. Conversam com agentes do Banco Mundial e, bem sabemos, um brado de um chefe indígena lúcido e irado pode repercutir nas Nações Unidas bem mais do que os relatórios de nossas pesquisas. (BRANDÃO, 2014)

A concepção da ciência na qual o conhecimento científico é considerado único e válido causou a destruição das outras formas de conhecimento, o que se denominou de epistemicídio. Conforme conceitua Santos et al (2004)

> Epistemicídio é a morte de conhecimentos alternativos que acarretou na liquidação ou a subalternização dos grupos sociais cujas práticas assentavam em tais conhecimentos. Este processo histórico, que foi violento na Europa, foi muito mais nas outras regiões do mundo sujeitas ao colonialismo europeu (SANTOS, 2004, p?).

Conforme Porto-Gonçalves (2006) o pensamento considerado universal tem, de fato, uma perspectiva eurocêntrica: “O que se critica aqui não é a ideia de pensamento universal mas, sim, a ideia de que há *Um* e somente *Um* pensamento universal, aquele produzido a partir de uma província específica do mundo, a Europa”. Como já mencionado, o epistemicídio destrói a pluralidade de saberes, possui uma visão de caráter unidirecional, ou seja, em uma única direção. Porto-Gonçalves (2006, p.42) ressalta:

> Insistimos que não se trata de negar o pensamento europeu, o que seria repeti-lo com sinal invertido, mas sim nos propomos dialogar com ele sabendo que é europeu e, portanto, um lugar de enunciação específico, ainda que sabendo (1) que essa especificidade não é igual a outros lugares de enunciação pelo lugar que ocupa na contraditória estrutura do sistema

> mundo moderno-colonial, (2) nem tampouco que esse lugar de enunciação europeu seja homogêneo e não abrigue perspectivas contraditórias, seja de afirmação da ordem, seja de perspectivas emancipatórias. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.42)

Os epistemicídios foram cometidos por todo mundo em nome da ciência, é o processo que tem causado o silêncio, a destruição e simplesmente a aniquilação dos saberes tradicionais. Ainda conforme Porto-Gonçalves (2006, p. 51) “assim como os romanos aprenderam com os gregos, sabemos que os colonizadores se apropriaram do conhecimento nativo para dominá-lo e ocupar seus territórios.”

Vandana Shiva (2003) em seu livro “Monoculturas da Mente” para ser bastante preciso no capítulo ‘os sistemas de saber “desaparecidos” retrata de maneira pertinente o desaparecimento dos saberes locais que acontece por meio de muitos processos, principalmente pela interação com o saber ocidental que se apresenta de forma hegemônica, excluindo as alternativas. De acordo com Shiva (2003) primeiro fazem o saber local desaparecer simplesmente não o vendo, negando sua existência. Isso é muito fácil para o olhar distante do sistema dominante de globalização. Ainda conforme Shiva (2003, p. 22).

> O primeiro plano de violência desencadeada contra os sistemas locais de saber é não considerá-los um saber. A invisibilidade é a primeira razão pela qual os sistemas locais entram em colapso, antes de serem testados e comprovados pelo confronto com o saber dominante do ocidente (SHIVA, 2003, p. 22).

O saber local sofre uma violência, quando não é considerado um saber ou é invisibilizado e negado. O saber científico pelas culturas ocidentais é considerado único e está relacionado com o poder e a dominação. “{...} os sistemas locais de saber no mundo inteiro, têm sido subjugados por políticas de eliminação, não por políticas de debate e diálogo” (SHIVA, 2003 p. 21). O saber local através de suas lentes consegue enxergar alternativas, porém não é isso que o saber dominante deseja, na realidade querem que vejamos apenas um tipo de saber legítimo. Brandão (2015) chama atenção para necessidade de compreender e aprender com os saberes tradicionais:

> As atuais crises que a sociedade humana enfrenta nos coloca, obrigatoriamente, no dever de resgatar, compreender e aprender com o conhecimento tradicional e os seus fundamentos, pois representam grande oportunidade de colaborar na busca de caminhos novos e mais seguros para a sobrevivência da humanidade. Esse novo contexto favorece uma maior interação da academia e de suas instituições com o sistema de saberes dos povos indígenas e das comunidades tradicionais. (BRANDÃO, 2015, p.16)

Pereira (2005, p. 1) reforça problematizando o conhecimento ocidental dominante “a modernização foi sendo construída tendo como eixo um projeto único, inquestionável, e que deveria necessariamente chegar indistintamente a todos os países... Um modelo de civilização ocidental industrializada de consumo, considerada única e universal.” Uma sociedade que apresenta um olhar em uma única direção excluindo as pluralidades de saberes, de práticas e histórias. Também aborda Pereira (2005) sobre o projeto dominante reducionista que se constitui em oposição e dominação da natureza:

> Conforme vimos anteriormente, o projeto dominante de desenvolvimento constrói uma sociedade com base na exploração da natureza, ou seja, esta é contabilizada como recurso financeiro, os recursos da natureza ou recursos naturais. Assim, claramente, o meio ambiente se coloca como submisso, suporte, base de exploração para a sociedade desenvolvimentista. Não há diálogo, não há desenvolvimento e meio ambiente, o que ocorre é o embate desenvolvimento versus meio ambiente. As inúmeras contradições deste modelo de desenvolvimento e sociedade resultaram em uma crescente espoliação da natureza, e uma crescente distância entre riqueza e pobreza em todas as sociedades nacionais. (PEREIRA, 2005, p. 2)

Este modelo ocidental reducionista, causa a ruptura do ser humano com a natureza, como se estivessem em lados opostos. Forma-se a ideia que para proteger a natureza é preciso afastá-la da sociedade. Porém, observa-se um movimento contrário nas comunidades tradicionais visto que eles mantêm uma relação indissociável com a natureza. Pereira (2005) aponta diversos casos presentes de comunidades tradicionais que não dicotomiza o ser humano da natureza os caboclos, os caiçaras, os ribeirinhos, os vazanteiros, os pequizeiros, os indígenas, os camponeses e pequenos produtores tradicionais e ressalta:

> Meio ambiente nessas organizações sociais não é uma concepção dicotomizada, sociedade aqui, e natureza lá, distante, desconectada. Já a concepção dominante de desenvolvimento econômico em sua essência, sufoca e homogeneiza essa riqueza de conhecimentos, de práticas, de tecnologias, de representações, de possibilidades de construção e de existência de uma sociedade vinculada e inter-relacionada ao meio ambiente. Esta se organiza num processo de sinergia, com alimentação mútua, respeita e se constrói num processo interativo, dialético, numa unidade em constantes transformações, mas cuja possibilidade de permanência se encontra nos manejos de convivência com o meio ambiente, em que as dimensões social, política, ecológica, cultural, religiosa, econômica estão imbricadas. O mesmo não seria possibilitado ao se tratar natureza enquanto intocada, separada do ser humano e da sociedade, dessacralizada, presente somente como espaços verdes mercantilizados para serem consumidos com um selo ambientalmente correto (PEREIRA, 2005, p. 4).

Vemos que Pereira (2005) sinaliza a convivência com a natureza como referência, para além do mito moderno da natureza intocada, como destaca Diegues (1994), que tem como base a separação ser humano da natureza.

Percebe-se que mesmo com a importância que os saberes tradicionais vem conquistando, ainda é nomeado por alguns de senso comum ou conhecimento “vulgar”, como maneira de desvalorizar. No entanto, devemos ressaltar que o conhecimento científico não é a única forma de conhecimento, pois os indivíduos constituem-se em torno da diversidade de saberes que estão atrelados à formação histórica, cultural, territorial e social. Por isso, deve-se considerar a prática dos indivíduos, sua relação com a natureza, com o território e a comunidade no qual estão inseridos.

Os saberes populares ganham espaço, onde são praticados e novas relações podem ser estabelecidas. Boaventura de Sousa Santos (2008) em seu livro “Um discurso sobre as ciências”, defende que “[…] todo conhecimento científico é socialmente construído, que o seu rigor tem limites inultrapassáveis e que a sua objetividade não implica a sua neutralidade” (SANTOS, 2008, p.9). Descreve o paradigma dominante como modelo de racionalidade global totalitário que preside a ciência moderna, oriundo da revolução científica do século XVI, desenvolvendo-se nos séculos seguintes na consolidação das ciências naturais, e estendeu-se até o

século XIX com as ciências sociais emergentes. Em seguida foi considerado um “modelo global de racionalidade científica”.

Segundo Santos (2008) as principais características deste modelo estão na forma como se apresenta, como um modelo totalitário, que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não são pautadas pelos seus princípios epistemológicos e regras metodológicas. Assim acontece com os diversos conhecimentos tradicionais, são guiados por diferentes epistemologias. Outra característica é a dicotomia entre conhecimento científico e o conhecimento tradicional (nomeado como senso comum, considerado irracional e vulgar nesse paradigma) e a separação entre natureza e o ser humano, conforme aborda Santos (2008):

> Por outro lado, é total a separação entre a natureza e o ser humano. A natureza é tão só extensão e movimento; é passiva, eterna e reversível, mecanismo cujos elementos se podem desmontar e depois relacionar sob a forma de leis; não tem qualquer outra qualidade ou dignidade que nos impeça de desvendar os seus mistérios, desvendamento que não é contemplativo, mas antes ativo, já que visa conhecer a natureza para a dominar e controlar. (SANTOS, 2008, p. 25)

Estas divisões tornam evidentes a ideia de superioridade do ser humano e o estímulo à dominação da natureza. Como defende Santos (2008) a superação da dicotomia entre ciências naturais/ciências sociais, tende a revalorizar os estudos humanísticos, mas não acontecerá instantaneamente, as ciências precisam transformar-se profundamente.

Como ressalta Santos (2008), estamos em períodos de transição nas ciências, difíceis de entender e percorrer, é necessário voltar às coisas simples, a formular perguntas simples que sejam capazes de trazer uma luz nova à nossa perplexidade (SANTOS, 2008, p.15).

2 SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Para compreendermos as relações construídas e estabelecidas entre o ser humano e o meio, precisamos olhar através de quem está inserido no contexto. Conforme Servilha e Doula (2009) para entender o mercado como lugar (social, histórico e cultural) são fundamentais as contribuições de historiadores, geógrafos, sociólogos e antropólogos, entre outros.

Iremos abordar os pontos pertinentes ao entendimento do mercado público como lugar não apenas de trocas comerciais, mas como lugar de troca de saberes. Levando-se em consideração os aspectos citados, foi realizado o levantamento bibliográfico no Banco de Teses e Dissertações da Capes, a fim de identificar pesquisas que abordam tal tema nos últimos cinco anos. Utilizamos as palavras-chave: “saberes populares”; “lugar do saber”; “mercados públicos”, em seguida foram refinados os resultados por tipo definido como “mestrado e doutorado”, ano, grande área do conhecimento “Ciências humanas”, área do conhecimento “Geografia”. Agrupamos os resultados conforme pode ser visualizado no quadro a seguir:

Quadro 01- Levantamento bibliográfico no banco de teses e dissertações da Capes (2015 a 2019)

ANO	Trabalhos produzidos que abordam saberes populares de modo geral.	Trabalhos produzidos que abordam o lugar do saber.	Trabalhos que abordam saberes populares nos mercados públicos ou mercado público como lugar do saber.
2015	4	0	4
2016	4	1	6
2017	15	2	1
2018	9	2	3
2019	5	0	6

Fonte: Silvania Costa, 2021.

Tal levantamento mostrou que não há uma quantidade significativa de trabalhos publicados na Geografia abordando os saberes tradicionais nos mercados

públicos. Através do quadro acima podemos verificar a escassez de trabalhos na Geografia referente ao tema e a importância de construir trabalhos com esse tema.

Percebe-se também as lacunas de produções acadêmicas na Geografia referente a saberes tradicionais de modo geral, a maior parte dos trabalhos realizados sobre a temática são referentes à educação ou a prática na saúde. Devemos ressaltar também que “lugar do saber” ou se referia a escola ou a comunidades tradicionais. No próximo tópico será discutido o conceito de saber, termo bastante relevante para a compreensão deste estudo.

2.1 Saberes tradicionais

Chás medicinais, artesanato, mandingas, cantigas de ninar, culinária... Todos esses artefatos culturais constituem-se como saberes populares. Eles não exigem espaço e tempo formalizados, são transmitidos de geração em geração, por meio da linguagem falada, de gestos e atitudes. E são também transformados à medida que, como parte integrante de culturas populares, sofrem influências externas e internas (GONDIM, 2007, p. 38).

Os saberes tradicionais são aqueles que as pessoas possuem acumulados durante sua vida e nascem das experiências e contexto que estão inseridas, servem para explicar e compreender aquilo que as cerca. Lakatos e Marconi (2003, p.75) definem o saber popular como aquele “transmitido de geração em geração por meio da educação informal e baseado em imitação e experiência pessoal”. Entendemos que o saber tradicional nasce da necessidade do indivíduo e da comunidade que ele está inserido, que são geralmente passados de forma oral, sem muitos registros escritos.

O dicionário Caldas Aulete (2004) dá diversos significados para o termo **saber** dentre os quais, destacamos as definições que compreendemos que seja mais relevante para nosso objetivo: a) ter conhecimento, compreensão ou certeza; b) ter habilidade, preparação ou capacidade para algo; c) guardar na memória; d) pressentir ou prever; e f) experiência, prudência, bom senso.

É importante ressaltar que o saber tradicional é bastante distinto do termo usado por alguns de senso comum como na definição acima saber se assemelha ou chega mais próximo do termo bom senso. Entendemos também que o termo conhecimento vulgar é uma forma de tentar desqualificar o saber popular. Diegues et al. (2000, p.

30) definem o conhecimento tradicional “como o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural, transmitido oralmente de geração em geração”. A partir dos conceitos apresentados pelos autores conclui-se que saber popular nasce da conexão ser humano e natureza, são perpassados para as gerações seguintes e se constroem no espaço e tempo adaptados à realidade local. Percebe-se que tais conhecimentos não são passados de forma generalizada, o conhecimento popular é restrito a comunidade onde são praticados. Não são imutáveis, são modificados e reformulados pela comunidade, mas suas práticas, seus valores e sua cultura são resistentes.

Devemos ressaltar a forte presença de tradição e oralidade nas práticas de saberes populares, pois são passados para as novas gerações através da comunicação e da oralidade. A importância de entender e valorizar os saberes tradicionais surge a partir da compreensão das diversidades dos saberes e sua formação histórica e social. Diante do exposto, entende-se o conceito de saber tradicional, porém é necessário dissertar sobre porque o termo saber popular é mais pertinente que conhecimento popular.

2.2 Relação entre saber popular e conhecimento científico

Primeiro, é preciso explicar porque nesta pesquisa o termo “saber” foi considerado. Podemos encontrar uma certa semelhança entre a definição de saber e conhecimento. No entanto, “o termo saber tem um sentido mais amplo” como coloca Japiassu (1977). De acordo com ele, saber é “todo um conjunto de conhecimentos metodicamente adquiridos, mais ou menos sistematicamente organizados e susceptíveis de serem transmitidos por um processo pedagógico de ensino” (JAPIASSU, 1977, p. 15). É nesta definição que está nossa compreensão, pois acreditamos que o saber popular não é perpetuado de forma generalizada, concentra-se na comunidade e perpassa através das gerações, partindo disso consideramos a diversidade de saberes.

Ainda conforme Japiassu (1977) que ressalta “neste sentido bastante lato, o conceito de "saber" poderá ser aplicado à aprendizagem de ordem prática (saber fazer, saber técnico...)”. Retornamos novamente ao termo saber com um sentido mais amplo e aplicado na prática do saber-fazer. É baseado nesta definição que construímos este estudo, sendo assim teríamos outras formas de saberes.

A discussão entre conhecimento científico e saber tradicional não é nenhuma novidade. Entre os saberes tradicionais e científicos, grandes contrastes podem ser apontados. Enquanto o primeiro é geralmente transmitido pela oralidade, passado de geração em geração, está fortemente atrelado a integração e cultura dos indivíduos e grupos. Considerado por alguns como senso comum ou conhecimento vulgar, sendo desvalorizado e silenciado. O segundo é restrito a comunidade científica, necessita da escrita para ser transmitido, é tido como válido e infalível. Conforme Lakatos e Marconi (2003, p. 75) o conhecimento científico é transmitido por intermédio de treinamento apropriado, sendo um conhecimento obtido de modo racional, conduzido por meio de procedimentos científicos.

O conhecimento vulgar ou popular, às vezes denominado senso comum, não se distingue do conhecimento científico nem pela veracidade nem pela natureza do objeto conhecido: o que os diferencia é a forma, o modo ou o método e os instrumentos do "conhecer" (LAKATOS E MARCONI, 2003, p. 76). Percebe-se que a distinção entre o conhecimento científico e conhecimento popular não está na verdade, ou seja, no conhecimento científico ser verdadeiro, podendo ser comprovado e infalível, e todas as outras formas de conhecimento ser falível, inferior ao conhecimento científico. O que os diferencia – saber popular e conhecimento científico - são as formas, os processos e o método. Como coloca Lakatos e Marconi (2003, p. 76) “a ciência não é o único caminho de acesso ao conhecimento e à verdade.”

Diante da dicotomia e breve elucidação entre a relação que é estabelecida entre conhecimento popular e conhecimento científico, observa-se as diferenças entre os conceitos. Possuem aplicações distintas, não sendo um conhecimento superior ao outro, mesmo sendo divergentes entre si, quando os saberes populares são considerados, podem ser capazes de se unirem ao conhecimento científico a ponto de gerar resultados para a ciência, cultura e na forma que os indivíduos dão sentido à vida e enxergam alternativas diferentes das existentes.

3 O MERCADO DE SÃO JOSÉ E OS SABERES TRADICIONAIS

3.1 Breve história do mercado público de São José

O Mercado de São José inaugurado em 1875 localiza-se no centro do Recife, bairro de São José, um dos bairros mais antigos da cidade, em frente à Igreja Nossa Senhora da Penha. Ocupa uma área coberta de 3.541 metros quadrados. Mede 48,88 m de frente por 75,44 m de fundo. É um dos pontos centrais do agitado e tradicional comércio de rua de Recife.

Figura 1- Fachada principal do Mercado de São José

Fonte: A autora, 2021.

No mercado encontra-se o mais tradicional artesanato da cidade, além da comida singular do bairro. Sua volumetria e material de acabamento destacam-se no conjunto arquitetônico antigo do bairro. Pela singularidade e importância histórica e cultural. Na segunda metade do século XIX, inspirado no projeto do mercado público em ferro de Grenelle, Paris, o engenheiro francês Victor Lieutier, contratado pela Câmara Municipal do Recife, elaborou um projeto de um mercado para a área. As peças empregadas em sua construção, moduladas em ferro, foram quase todas importadas de fundições europeias, em especial as francesas. É interessante notar que a concepção desse mercado em ferro se insere numa mudança global dos modos de fazer arquitetônico, impulsionada, dentre outros fatores, pelas exigências advindas da Revolução Industrial, no século XIX.

Ao longo de mais de 145 anos de história, o Mercado de São José sofreu várias reformas. A primeira delas, em 1906, levou dez meses. Em 1941, foram substituídas as venezianas de madeira e vidro por cobogós de cimento, sob o argumento de que o novo material teria maior resistência e durabilidade. As feições originais do mercado sofreram modificações em todas as intervenções, mas sua estrutura de ferro foi mantida intacta. Em novembro de 1989, um incêndio destruiu parte do mercado, danificando-lhe a estrutura. A obra para reconstrução durou um ano e, em 12 de março de 1994, ele foi reinaugurado com grande festa. Em 1998, o mercado foi novamente restaurado.

Figura 2 - Artesanatos de palha (balaios, peneiras e cestas)

Fonte: A autora, 2021.

Em sua trajetória, o mercado foi palco de apresentações de mágicos, acrobatas, ventríloquos, ouvindo-se ainda sons de pandeiros, zabumbas, cavaquinhos e sanfonas. Nas décadas de 1940 e 1950, era destino dos cafés matutinos de figuras recifenses ilustres, como o poeta Ascenso Ferreira e o cronista e compositor Antônio Maria. O Mercado de São José foi também um dos mais

importantes pólos de congregação de cantadores, emboladores e da literatura de cordel no Recife. Em 1973, o mercado foi tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN).

Em novembro de 1989, parte do mercado foi destruída por um incêndio que danificou vários compartimentos e parte da estrutura de ferro do pavilhão norte. As consequências não foram maiores porque, na ocasião, o mercado encontrava-se interditado. As obras de reconstrução foram iniciadas quatro anos depois, em 1993, e sua reinauguração ocorreu em 12 de março de 1994. No final da década de 1990, foi objeto de nova intervenção de restauro. A divisão do interior do mercado é feita em boxes, onde se comercializam produtos diversos como o artesanato pernambucano, produtos em couro, folhetos de cordel, artigos para cultos africanos, além de comidas típicas, ervas medicinais, especiarias em geral, carnes, peixes e crustáceos, espalhados em mais de 540 boxes.

Figura 3 - Vasos de barro e colheres de pau

Fonte: A autora, 2021.

Em 2019, após 25 anos da última reforma, o mercado de São José recebeu um grande projeto de requalificação, que incluiu desde a restauração de sua histórica arquitetura até a reforma completa do atual projeto de engenharia. Essa requalificação tinha como objetivo trazer o monumento para mais perto do seu projeto original. Com prazo de entrega de dois anos. Os comerciantes que trabalhavam nas ruas que cercam o mercado foram realocados para novas instalações do Centro Comercial do Cais de Santa Rita e para um anexo localizado entre as ruas do Porão e Padre Muniz. Com a mudança, a paisagem do local foi alterada.

Figura 4 – Detalhes do Mercado de São José

Fonte: Silvania Costa, 2021.

Atualmente, o Mercado de São José aparenta maior organização, as calçadas do entorno do mercado estão livres **(figura 2 D)** como já mencionado os comerciantes que antes ocupavam as calçadas foram realocados para o Cais de Santa Rita e ruas próximas ao mercado. Na **figura 2A** observa-se elementos da paisagem histórica do mercado como as gárgulas (na arquitetura, são desaguadouros em forma assustadora de de animais, ou seja, são a parte saliente

das calhas de telhados que se destina a escoar águas pluviais a certa distância da parede) assim como, na **figura 2C** observa-se os detalhes em ferro importado da Europa e preservadas desde a sua inauguração o que o torna o mais antigo edifício pré-fabricado em ferro do Brasil um dos raros exemplares da arquitetura típica do ferro do século XIX. Na **figura 2B** temos alguns boxes com a venda de artesanatos e no fundo da imagem podemos ter uma vista interna da fachada principal do mercado. A disposição espacial do mercado é inteiramente refletida na sua fachada principal, que se volta para a praça Dom Vital, antes conhecida como Praça do Mercado.

3.2 Mercado público de São José como lugar do saber

O mercado público como lugar do saber constitui-se por meio de relações socioculturais, sendo um lugar de importância para produção e reprodução do espaço. Como situa Servilha e Doula (2009) “Busquemos uma compreensão de mercados municipais e feiras livres a partir de suas subjetividades, estruturadas e alicerçadas na circulação de produtos, serviços, pessoas, palavras, ideias, afetos, artes e saberes”.

Figura 5 - Instrumentos musicais vendidos no Mercado de São José

Fonte: A autora, 2021.

O Mercado público de São José é um lugar singular onde as práticas culturais coletivas se concentram e se reproduzem. Lugar não apenas de trocas comerciais, mas de trocas de saberes. Carregado de vivências e significados. Conforme Servilha e Doula (2009) **“**um dos conceitos fundamentais para a compreensão de tais espaços é o conceito de lugar, cuja contribuição está na possibilidade de análise do mercado municipal como um espaço de vivência e de construção de identidades culturais’’.

> O mercado de São José é uma universidade. Aqui eu aprendo na prática. Enquanto você precisa ir para universidade pra fazer o que você está fazendo aí...você tem que colocar em prática na área profissional quando você trabalhar, mas aqui é o contrário é a inversão. Aqui eu aprendo na prática...aprendo vivendo...é uma prática de vida tremenda, até porque o tempo que estou aqui. Ah! Faz muito tempo que estou aqui era o centro de abastecimento de Recife, não tinha rede de supermercado na época. Tudo, as pessoas compravam no mercado de São José (informação verbal).[6]

Percebe-se que conforme a fala de Seu Rubens ele está a bastante tempo no mercado de São José e aprende na prática a partir das experiências. Pontua que a vivência de aprendizado dele acontece de maneira inversa, ele aprende na prática, enquanto o processo e aprendizado nas universidade geralmente é primeiro teoria depois a prática. Ressalta que faz bastante tempo que está no mercado e descreve as transformações que aconteceram.

Além da compreensão do Mercado de São José como espaço de vivência, construção de relações socioculturais e de afetividade, buscamos compreender o mercado como lugar do saber, ou seja, lugar onde as práticas de saberes acontecem e possui grande importância cultural, bem como onde se aprendem os saberes de maneira informal e são passados através da oralidade. Pidner (2010) destaca que:

> “os lugares estão repletos de significados e representações simbólicas produzidas no cotidiano presente e passado, embriões do cotidiano futuro. O cotidiano é a vida e, ao mesmo tempo, a preparação da vida que virá adiante: o futuro também é construído cotidianamente. Os lugares expressam as

[6] Fala concedida por comerciante de tecido e artesanato do mercado de São José, em outubro de 2021.

> rotinas, os ritmos, as trivialidades do dia a dia, a vida corriqueira e ordinária, o comum, o habitual, o costumeiro".

Várias são as dimensões do mercado como lugar do saber.

> O mercado está voltado para o turista, pois a estrutura do mercado é do século XIX, os turistas se agradam pela história. Aqui é um polo econômico e histórico que direta e indiretamente muitas pessoas vivem. É um pedaço vivo da história (informação verbal).[7]

As singularidades do mercado enquanto símbolo histórico pode ser percebida na fala do comerciante. Para entender o lugar é preciso compreender que ele é dotado de especificidade, onde acontece o desenrolar da vida dos indivíduos ou grupos, dotado também de afetividade e pertencimento. Para conhecer o lugar é preciso viajar através da paisagem tentando tudo notar, perdendo-se na experiência de experienciar. Os mercados e feiras são destacados por Servilha e Doula (2009) " como espaços livres e públicos, são aqueles, entre outros, onde as dinâmicas sociais e culturais fluem de forma espontânea e intensa, principalmente pelo grande fluxo de pessoas e atividades diárias".

O mercado de São José é um lugar dinâmico, de movimento e produção da vida, espaço onde muitas características são preservadas, mas a movimentação acontece de forma espontânea. A circulação de produtos, serviços, idéias e palavras, é uma das características mantidas pelos mercados e feiras ao longo da história e o que garante sua perpetuação é o contato direto (SERVILHA E DOULA, 2009).

Portanto, entender a relação dos comerciantes e sujeitos do mercado de São José, está além da dimensão econômica, pois as relações são reais, profundas e históricas. O empenho em explicar pode causar uma ampliação do sentido, onde os saberes estão sendo preservados, mesmo diante de tantas dificuldades.

> Antes o mercado possuía vida noturna. A noite ao redor do mercado era tudo movimentado. fizeram até uma música para o mercado de São José. (Seu Rubens menciona a música ela é a deusa do mercado de são José[8]). É uma homenagem às mulheres dos bairros e da periferia do Recife que

[7] Fala concedida por comerciante de tecido e artesanato do mercado de São José, em outubro de 2021.
[8] MOSAICO. [Compositor e intérprete]: Osvaldo Oliveira. Recife: É com jeitinho, 1973.

> frequentavam a noite o centro e os mercados da cidade para trabalho, se divertir ou namorar. Ele encerra dizendo que o mercado é uma vitrine (informação verbal).[9]

Através da fala do comerciante, também é possível observar a dinâmica do mercado, que mesmo ao longo do tempo alguns processos são preservados, pois encontra-se empregados símbolos e significados que dão sentido à vida.

Evidencia-se que o Mercado de São José é um lugar do saber, pois há práticas de artefatos culturais como: chás medicinais, artesanatos e mandingas que caracterizam-se como saberes populares. Segundo Pidner (2010) “construídos a partir de olhares diante do mundo, os saberes são frutos das expressões sociais e culturais dos sujeitos”. No processo de produção dos saberes, valorizar a dimensão do lugar possibilita o diálogo entre eles.

De acordo com Araújo e Barbosa (2004, apud Servilha e Doula 2009, p. 2) afirmam que historicamente mercados e feiras “adquiriram uma importância muito grande que ultrapassa seu papel comercial, transformando-se, em muitas sociedades, num entreposto de trocas culturais e de aprendizado, onde pessoas de várias localidades congregavam-se estabelecendo laços de sociabilidade”. Podemos observar essas trocas no mercado de São José, onde os comerciantes realizam a produção do espaço.

[9] Fala concedida por comerciante de tecido e artesanato do Mercado de São José, em outubro de 2022.

4 TRAJETÓRIA DO SABER INVISIBILIZADO

Conforme os capítulos anteriores vêm tratando, há uma gama de saberes populares importantes, ressaltando-se o conhecimento e vínculo com a natureza, embora, os saberes tenham sido invisibilizados e deslegitimados. Saberes esses relacionados às práticas dos povos do campo, das águas e das florestas. Os mercados por meio dos seus comerciantes sempre trouxeram uma diversidade de itens para suas barracas, desde plantas medicinais, aos alimentos, e artesanatos.

4.1 Negação dos saberes tradicionais

Desde o século XIX, a ciência passou a exercer um papel preponderante em nossa sociedade, o conhecimento científico passou a ser considerado como única forma de conhecimento, esse processo foi longo e controverso contribuindo com os fatores econômicos, sociais e políticos. Assim, coloca Santos et al (2004): “a partir de então a ciência moderna conquistou o privilégio de definir, não só o que é ciência, mas, muito mais do que isso, o que é conhecimento válido”. A ponto de desconsiderar a diversidade de saberes, criou um modelo de sociedade desenvolvimentista que invisibilizou sujeitos e saberes.

> Desenvolvimento enquanto noção historicamente hegemônica, vem sendo entendido como sinônimo de crescimento econômico, urbanização, e acesso ao consumo de serviços e mercadorias. Como resultado desse processo de desenvolvimento está o almejado progresso. Assim, a modernização foi sendo construída tendo como eixo um projeto único, inquestionável, e que deveria necessariamente chegar indistintamente a todos os países, aos diferentes continentes e realidades sócio-políticas. Um modelo de civilização ocidental industrializada de consumo, considerada única e universal. (PEREIRA, 2005)

Um modelo baseado na exploração da natureza, onde tanto a natureza quanto os seres humanos são apenas recursos a serem usados, natureza e seres humanos são segregados em partes e uma dessas partes é banalizada e tratada como oposto da unidade, como se nunca tivesse feito parte do todo. Como também aborda Pereira (2005) “Um dos traços desse modelo de sociedade é a dicotomia, a separação em partes, o distanciamento das inter-relações destas partes em um

conjunto. E banalizamos essa fragmentação, tratando como opostos muito do que já fez parte de uma unidade". Porém, percebemos que muitas comunidades tradicionais possuem uma relação indissociável e consciente com a natureza, seja na sua forma de cultivo, colheita, práticas e perpetuação dos saberes ou comercialização, mostrando que não se dicotomiza o ser humano da conservação da floresta, pois devem ser considerados conjugados.

Ainda conforme Pereira (2005) "grande parte da diversidade dos modos de apropriação e de interação com a natureza foi sendo rotulado ao longo da modernização como atrasados e primitivos, primitivo aqui entendido reativamente como não moderno." O tradicional e o antigo são vistos como atrasados, são invisibilizados e deslegitimados. Pidner (2010) discorre sobre a negação histórica dos saberes pontuando que:

> "A ciência cria a sua hegemonia, que se fundamenta, também, na negação histórica dos saberes não científicos e, portanto, não hegemônicos, que são sufocados e bloqueados, a despeito das suas representatividades nos lugares. As particularidades desses diversos saberes são deslocadas para a margem, para os lugares mais distantes do conhecimento legitimado como científico."

O geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves relaciona os saberes e territórios, apontando a importância do diálogo de saberes para além das colonialidades do saber e do poder:

> Problematizar a relação entre saberes e territórios é, antes de tudo, por em questão a ideia eurocêntrica de conhecimento universal. Com isso não queremos recusar a idéia de que o conhecimento seja universal, mas, sim, (I) retirar o caráter unidirecional que os europeus impuseram a essa idéia (eurocentrismo) e (2) afirmar que as diferentes matrizes de racionalidade constituídas a partir de diferentes lugares, os topoi de Boaventura de Sousa Santos, são passíveis de serem universalizados, o que nos obriga a considerar os processos por meio dos quais os conhecimentos podem dialogar, se relacionar. Enfim, o que se visa é um diálogo de saberes que supere a colonialidade do saber e do poder (Quijano, 2005 [2000]) (PORTO-GONÇALVES, 2006)

A modernização criou uma lógica de “des-envolvimento” onde não envolve todos, separa, cria desigualdades e exclui. “No entanto, apesar de tal contexto, camponesas e camponeses, historicamente invisibilizados e marginalizados, vivem em resistência para se manterem no campo desde seu modo de vida.” (SILVA E PEREIRA, 2020, p. 360). Os povos e comunidades tradicionais são os mais afetados com essa lógica que invisibiliza, o que é trazido por Valcilene Silva (2020) como dimensão das colonialidades:

> A modernização da agricultura no Semiárido promoveu a colonização dos bens naturais e ocasionou invisibilidade, marginalização, expropriação de territórios e do modo de vida camponês da região, isto é, a colonialidade da natureza. Como afirma Walsh (2008, *apud* Silva e Pereira, 2020), a colonialidade da natureza não se resume aos processos de dominação/exploração dos bens naturais, tendo em vista que os humanos são elementos integrantes dessa natureza. Nesse sentido, a colonialidade da natureza se refere também às formas coloniais de poder que afetam o mágico-espiritual-social, dimensão que sustenta os sistemas integrais da vida desde seus territórios. (SILVA E PEREIRA, 2020, p. 366)

Conforme destaque de Minayo (2002), "Na sociedade ocidental, no entanto, a ciência é a forma hegemônica de construção da realidade considerada por muitos críticos como novo mito, por sua pretensão de único promotor e critério de verdade”. Não queremos tornar o saber popular superior ao conhecimento científico, pois entendemos a importância de considerar as diversidades de saberes, mas não podemos deixar de refletir e questionar sobre como o saber popular com toda sua relevância cultural, social e histórica tem sido desvalorizado, invisibilizado e silenciado.

‘Paulo Freire, ao dizer que “não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes”, nos convida a refletir sobre a importância de considerar todos os saberes. Queremos ressaltar que o conhecimento científico não é a única forma de interpretar a realidade. Sendo assim devemos considerar a pluralidade de saberes para interpretar a realidade.

Conforme Pidner (2010) o conhecimento científico, aparentemente para defender a produção do saber e na verdade para proteger a si mesmo, viola a

natureza plural dos saberes ao projetar um monopólio sobre a produção e a distribuição de ideias e pensamentos.

O não reconhecimento de outros saberes pela ciência implicou na atribuição de uma denominação aos saberes tradicionais e a todos aqueles que não são científicos, mesmo que produzidos no âmbito da modernidade: senso comum. O termo segrega, limita e desqualifica os saberes que não seguem os padrões e os métodos científicos e, portanto, não são confiáveis; menos do que isso, não são conhecimento, são saberes não científicos, senso comum. (PIDNER, 2010)

Boaventura de Sousa Santos (2007) faz a proposta de substituição de monoculturas modernas por ecologias. Assim, surge em oposição à monocultura do conhecimento científico: a ecologia de saberes, que “tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico” (SANTOS, 2007).

A ecologia dos saberes contribui para fortalecer e credibilizar os saberes que foram desqualificados e silenciados historicamente. Conforme Santos (2007) confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes. É uma ecologia, porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia. A ecologia de saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento.

A Ecologia de Saberes busca a contraposição desse paradigma dominante, assim, aborda Emely Melo (2021), quando traz que “ecologia de saberes surge como forma de valorizar os diversos saberes que estão dentro dos territórios e que por muito tempo foram invisibilizados e tratados como inexistentes”. (MELO, 2021, p. 16) Observa-se que a ecologia dos saberes busca o resgate dos saberes e das práticas perdidas, que foram invisibilizadas no processo de colonização, considerando a diversidade dos saberes e a ampliação das experiências.

Ainda conforme Melo (2021, p. 57) Diante disso é criada uma relação de poder subalternizando os sujeitos que não se encaixam nos moldes da sociedade eurocêntrica. Dessa maneira esse pensamento moderno ocidental vem promovendo a unilateralidade do ser, influenciando culturas, religiões, estéticas, dentre inúmeros outros padrões pelo mundo.” São criadas relações de dominação bastante desigual, que busca eliminar as muitas formas de saber.

Vandana Shiva (2003) contribui para o debate sobre a hegemonia do conhecimento científico, que ela denomina os sistemas de saber "desaparecidos" a autora fala sobre a imposição que sempre foi feita pela colonização e o capitalismo para dominar, sufocar e desaparecer com o saber discordante. O modelo dominante é imposto sem discussão, aquele que discorda é sufocado e excluído, esse modelo é perverso, no entanto sua forma é legitimada, deixando outras alternativas privadas da legitimidade, transformando a natureza e gerando desigualdades na sociedade.

Porto-Gonçalves (2006) também discorre sobre monoculturas e coloca de forma semelhante. “A própria monocultura, enquanto técnica, inicialmente para o cultivo da cana, era uma imposição, haja vista a impossibilidade material de um povo ou uma comunidade qualquer se reproduzir fazendo monocultura para si próprio. Assim, a monocultura não é só a cultura de um só produto, mas também a cultura para um só lado” (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Assim como as monoculturas das plantas que desestabilizam o equilíbrio do ambiente, a monocultura dos saberes reduz a possibilidade de enxergarmos a diversidade e novas alternativas, quando é considerado um único modelo, eliminando todos os outros, fazendo-nos acreditar que existe apenas ele. Apontam apenas uma alternativa, fazendo desaparecer o espaço das alternativas locais como retrata Vandana Shiva (2003). A implantação das monoculturas leva a extinção das diversidades locais que satisfazem a necessidade do lugar. Considerando, assim, o espaço uniforme, no entanto sabemos que cada lugar possui suas singularidades e pluralidades e a análise deve ser feita de forma integrada, pois tudo está conectado. E as alternativas existem sim, temos apenas que enxergá-las.

Como já mencionado, o modelo atual destrói a diversidade, eliminando e sufocando o saber local. Portanto, as monoculturas são insustentáveis, pois além de sufocar as alternativas destrói as bases. Considera apenas um único tipo de saber como superior e dominante dos outros, no entanto o saber local vem evoluindo e resistindo ao longo do tempo criando novas alternativas. Pidner (2010) ressalta que os saberes produzidos nos lugares têm potencial para acrescentar outros ângulos de abordagem, outras ideias, outros pensamentos.

4.2 Como os saberes populares do mercado de São José foram invisibilizados?

Considerando que as relações sociais são processos fundamentais na construção do território, observa-se as estruturas, formas e processos históricos. Destaca-se que o Mercado de São José pratica os saberes tradicionais através da venda de ervas, raízes, lambedores, produtos artesanais, no entanto esses saberes são invisibilizados quando são negados e não valorizados.

> Comecei no mercado com vendas de ervas no tabuleiro, andava o mercado inteiro…não era como hoje que fico parada esperando as pessoas para comprar eu ia atrás das pessoas. Você quer saber se o mercado é importante? Para a história do Bairro de São José o mercado é o centro das atenções. As pessoas dizem, vou no Mercado de São José e não no bairro de São José. Parece que antes as pessoas procuravam mais os produtos dos raizeiros, uma gripe, uma tosse, uma dor vinham logo à procura de lambedor ou raiz para chá, hoje vão na farmácia é uma em cada esquina vendendo comprimido para tudo. (informação verbal)[10]

Observa-se que segundo a raizeira existem alternativas para a promoção da saúde baseadas nos saberes e práticas tradicionais. No entanto, os saberes adquiridos da natureza ao longo do tempo passam por transformações que geralmente não acontecem de maneira natural, pois o modelo de desenvolvimento econômico tenta silenciar as diversas formas de saberes.

O conhecimento dos cuidados por meio das plantas vem da ancestralidade, passado da avó para a comerciante do Mercado São José: “Minha vó me ensinou a plantar e fazer chás, ela morava no interior, plantava macaxeira, milho, feijão, aroeira e hortelã, passei toda minha infância em Surubim” (informação verbal).

[10] Fala concedida por raizeira no Mercado de São José, em outubro de 2022.

Figura 6 - Venda de ervas na rua anexa ao mercado de São José

Foto Douglas Viana, tirada em 13.09.2010

Especialmente no mercado de São José os saberes tradicionais sempre apresentaram bastante relevância, as pessoas sempre procuraram os mercados em busca de ervas, lambedores e produtos que as curasse. A invisibilização do saber no mercado de São José acontece de muitas formas quando os saberes não são valorizados, na visão hegemônica do conhecimento científico o “progresso” levou a desvalorização dos saberes locais e da biodiversidade, os saberes tradicionais estão imbricados com a natureza (leia-se indissociável ser humano e natureza como um só). Pereira (2005b) faz críticas ao desenvolvimento da modernidade, que enquanto noção historicamente hegemônica que exclui as culturas tradicionais em nome do progresso:

> Aí se inserem muitas críticas em torno das injustiças sociais, dos impactos negativos sobre as culturas nativas, da perda de conhecimento, do acirramento da degradação ecológica e da saúde ambiental onde se inclui a saúde humana. A construção de todo um imaginário crédulo nas tecnologias, no importado, no estrangeiro, levou a não se perceber tão nitidamente as duas pontas da questão: que de um lado, existem os inúmeros problemas desse desenvolvimento da modernidade, e do outro lado, os benefícios a chegar pela modernidade, são de fato, a ilusão da eterna benesse por vir. Vejamos nas soluções técnicas para a saúde: remédio que desliga a dor de cabeça, suplementos alimentares (pois já não

> há mais alimentos de fato e sim produtos industrializados), ou clínicas especializadas, do coração, do olho, do ombro; mas em todos esses casos, o tratamento é dirigido para a doença. Vai no sentido de mitigar o sintoma do desequilíbrio, e não no sentido da revitalização da saúde, da nutrição e de um corpo saudável, do benefício. (PEREIRA, 2005b: 265)

Percebe-se que as ações são realizadas para a doença, não para o bem estar dos indivíduos, parece que cada vez mais estamos distantes de um cenário acolhedor, mesmo possuindo tantas tecnologias para melhorar a qualidade de vida. Por isso, propomos voltar ao início, olhar com atenção para os saberes tradicionais que apontam alternativas simples, de conservação e convivência mais harmoniosa com a natureza.

A invisibilização do saber pode ser percebida também quando os vendedores, comerciantes, raizeiros, artesãos são retirados do local que sempre ficaram e são transferidos para locais mais distantes do mercado de São José. Foi assim que aconteceu com a remoção dos vendedores do mercado de São José para o Cais de Santa Rita.

Nos saberes locais das populações tradicionais, pode-se encontrar formas de soluções para muitos problemas enfrentados na atualidade. Porém ao observar o conhecimento tradicional, percebe-se uma riqueza de saberes, que muitas vezes o conhecimento científico buscou negar. Deve-se valorizar (ou revalorizar) os conhecimentos tradicionais para alcançar a todos, reconhecendo a diversidade de sujeitos que praticam e detém a riqueza dos conhecimentos tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordamos a relevância da pluralidade de saberes, ir além das ideias pré-concebidas nas quais saber popular é sinônimo de senso comum, como já discutido. O saber popular está relacionado ao bom senso e não é perpetuado de maneira generalizada, concentra-se na comunidade e grupos. Portanto, trata-se de reconhecer e recuperar as diversidades de saberes que existem, reconstruindo os múltiplos modos de vida, criando espaço para os saberes desde a diversidade, articulando saberes populares e científicos.

Considerar olhar para os sujeitos para além do sistema dominante. É importante a ciência dialogar com os saberes tradicionais para encontrar alternativas e caminhos, pois se forem descartadas levam consigo a história de um povo e conhecimentos importantes sobre a natureza.

Não se trata de reduzir a relevância do conhecimento científico, mas elevar as outras formas de conhecimento, fazendo relações entre saberes, considerando a pluralidade de saberes e mostrando novas maneiras de enxergar o mundo. Considerar a pluralidade de saberes para que haja uma abertura da ciência para o diálogo e articulação entre as diferentes formas de saberes, evitando a desqualificação e inferiorização dos saberes não científicos. Procurando novas configurações de conhecimentos e saberes na produção científica, visto que o saber popular existia antes do conhecimento científico, isso não o torna mais nem menos importante, são apenas distintos possuindo suas particularidades e relevância.

Realizar a análise dos estudos de maneira integrada entre a natureza, cultura e sociedade, observando as formas, estruturas e processos históricos. Sabe-se que sendo o conhecimento científico fundado nos princípios da ciência ocidental, onde a ciência é fragmentada, torna esse feito um desafio. Por isso, a ciência precisa reforçar a importância de considerar outras formas de saberes.

Cabe ressaltar a importância de um olhar especial para os saberes populares tradicionais, como também considerar a diversidade dos saberes. No entanto, o objetivo desta pesquisa não é considerar um conhecimento/saber superior ao outro. Diante da escassez de trabalhos há a necessidade de realizar estudos na geografia sobre o saber popular, pois é fundamental para uma ciência pautada na relação de conexão entre o ser humano e o meio, onde reconhecemos que existe uma relação indissociável, romper os muros das universidades e alcançar os sujeitos.

No mercado São José os saberes tradicionais sempre apresentaram bastante relevância, conforme pôde ser observado, bem como, registrado em entrevista, que retratou que as pessoas sempre procuraram o mercado em busca de ervas, lambedores e chás para tratamentos. Assim, registramos que o Mercado de São José prática os saberes populares tradicionais através da venda de ervas, raízes, lambedores, artefatos artesanais.

Percebemos que a dimensão cultural do lugar mercado é importante, mas também seu caráter social, singular e simbólico de uma prática de saber que tende a desaparecer, por isso deve ser estudada, compreendida e valorizada, criando novas possibilidades para outras maneiras de interpretar a vida, conviver, cuidar e conservar a natureza, bem como formar relações a partir deste patamar.

REFERÊNCIAS

AULETE, Caldas. **Minidicionário de língua portuguesa/Caldas Aulete.** 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Reflexões sobre como fazer trabalho de campo.** Sociedade e Cultura, v. 10, n. 1, p. 11-27, Janeiro 2007.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. O lugar da vida: Comunidade e Comunidade Tradicional. **Campo-território: Revista de geografia agrária**, Ed. Especial, p. 1-23, 2014.

BRANDÃO, C.R. A comunidade tradicional. In: Udry, C.; Eidt, J. S. (Eds). **Conhecimento Tradicional: Conceitos e Marco Legal.** Brasília, EMBRAPA, p. 21-102, 2015.

CLAVAL, PAUL. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

DIEGUES, A.C. *et al.* **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: MMA; São Paulo: USP, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONDIM, M. S. C. **A inter-relação entre saberes científicos e saberes populares na escola: uma proposta interdisciplinar baseada em saberes das artesãs do Triângulo Mineiro.** Programa de Pós-Graduação em ensino de ciências. (Dissertação) Universidade de Brasília, 2007.

JAPIASSU, H. I**ntrodução ao pensamento epistemológico.** 2. ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MENDONÇA, Francisco de Assis. **Geografia e Meio Ambiente.** 9ª edição. São Paulo. Editora Contexto, 2012.

MINAYO, M. C. de L. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MELO. Everton Estevão de. **Experiência Agroecológica e Articulação Social do Centro de Educação e Formação em Medicina Popular no Município de Paulista (PE)** 2019. 60 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado em Geografia, Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

MELO, Emely Christine Sulino de. **Agroecologia e ecologia de saberes desconstruindo o projeto colonial da agricultura brasileira : a Zona da Mata pernambucana é resistência**. Dissertação (Mestrado) - UFPE- CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 66º ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

PIDNER, F. S. **Diálogos entre ciência e saberes locais: dificuldades e perspectivas.** Programa de Pós-Graduação em Geografia. (Dissertação) Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. **Desenvolvimento e Meio Ambiente:** o todo é maior que a soma das partes. Revista Plurais, Universidade Estadual de Goiás, v.1 n.2, 2005, 265-272.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto.Pereira, Mônica Cox de Britto. Agroecologia na Formação Universitária: da ecologia à Agroecologia e do ecossistema ao agroecossistema. **Cadernos de Agroecologia** v. 11, n. 1 (2016) 1-14p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; (2010). De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americano. **GEOgraphia**, 8(16). https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2006.v8i16.a1352

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um Discurso sobre as Ciências.** 5ª edição. São Paulo: Cortez Editora. 2008.

SANTOS, B. S. et al. **Introdução. Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo.** In SANTOS, Boaventura de Sousa (org). Semear outras soluções. Porto: Afrontamento, 2004. p. 19-101.

SANTOS, B. S. **Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes.** Revista Crítica de Ciências Sociais, 78, Outubro 2007: 3-46.

SERVILHA, Mateus de Moraes; DOULA, Sheila Maria. O mercado como um lugar social: as contribuições de Braudel e Geertz para o estudo socioespacial de mercados municipais e feiras. **Revista Faz Ciência**, v.11, n.13 Jan./Jun. 2009, pp. 123-142.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Karla Rafaella Seabra da. **Prática tradicional ecológica com plantas medicinais: a revalorização da medicina popular e da saúde pela natureza.** 2017. 70 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado em Geografia, Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SILVA, Valcilene R. da; PEREIRA, Mônica Cox de B. **Das colonialidades à emergência de um novo paradigma no Semiárido brasileiro desde as racionalidades camponesas: um caminhar para além do desenvolvimento?** Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 55, Edição especial - Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens, p. 358-380, dez. 2020.

VIANA, Douglas Carvalho Francisco. **TERRITORIALIDADES NA CADEIA PRODUTIVA DE PLANTAS MEDICINAIS: ESTUDO DE CASO DO MERCADO DE SÃO JOSÉ, RECIFE, PE.** 2012. 148f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil.